



Embrapa Pecuária Sudeste

Ordem de Serviço

ORDEN DE SERVIÇO CONJUNTA EMBRAPA PECUÁRIA SUDESTE / GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE - Nº 01/2025, DE 14 DE ABRIL DE 2025.

O Chefe Geral da Embrapa Pecuária Sudeste e o Gerente-geral de Infraestrutura e Sustentabilidade, no uso de suas atribuições conferidas pelo Regulamento Geral da Embrapa e com fundamento no disposto nos Regimentos Internos específicos da cada uma destas Unidades,

RESOLVE:

1. Designar **ANTONIO CARLOS MORASCO** - Analista A (Presidente), **ALESSANDRO PELEGRINE MINHO** - Pesquisador A (Membro), **MARCO ANTONIO BOTELHO** - Analista A (Membro), **REINIVALDO SÉRGIO FERRAZ JUNIOR** - Analista A (Membro), **TULIO MAGNANI JUNIOR** (Membro) para comporem a equipe de Planejamento e Fiscalização para a Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia e arquitetura para adequação de um prédio (galpão) existente para instalação de laboratórios de pesquisa em gases de efeito estufa e soloteca, situado na Embrapa Pecuária Sudeste, conforme especificações e demais elementos técnicos previstos no Documento de Oficialização de Demanda (DOD) 10636410, com vistas a reduzir erros e atrasos na fase de execução em decorrência de falhas na fase de planejamento da contratação.

2. Os procedimentos iniciais do Planejamento da Contratação consistem nas seguintes atividades:

I - elaborado o documento para formalização da demanda – DFD - pelo setor requisitante do serviço, conforme modelo do Anexo II da IN nº5/2017, que contemplou:

a) a justificativa da necessidade da contratação explicitando a opção pela terceirização dos serviços e considerando o Planejamento

Estratégico, se for o caso;

b) a quantidade de serviço a ser contratada;

c) a previsão de data em que deve ser iniciada a prestação dos serviços; e

d) a indicação do servidor ou servidores para compor a equipe que fará a elaboração dos Estudos Preliminares e o Gerenciamento de Risco

e, se necessário, daquele a quem será confiada a fiscalização dos serviços, o qual poderá participar de todas as etapas do planejamento da contratação, observado o disposto no § 1º do art. 3º.

II – envio do documento de que trata o inciso I deste artigo a Diretoria de Suprimentos do órgão ou entidade; e

III – designação formal da equipe de Planejamento da Contratação pela autoridade competente

da Diretoria de Suprimentos.

3. Ao receber o documento de que trata o inciso I do art. 2º, a autoridade competente do setor de licitações poderá, se necessário, indicar servidor ou servidores que atuam no setor para compor a equipe de Planejamento da Contratação.

§ 1º A equipe de Planejamento da Contratação é o conjunto de servidores, que reúnem as competências necessárias à completa execução das etapas de Planejamento da Contratação, o que inclui conhecimentos sobre aspectos técnicos e de uso do objeto, licitações e contratos, dentre outros.

§ 2º Os integrantes da equipe de Planejamento da Contratação devem ter ciência expressa da indicação das suas respectivas atribuições antes de serem formalmente designados.

§ 3º Dessa forma, a constituição dessa equipe multidisciplinar visa ao fortalecimento e estruturação do planejamento, a articulação entre as áreas e a minimização dos riscos intrínsecos à contratação.

Competências dos integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação:

I - Integrante Requisitante – servidor representante da Área Requisitante que possui conhecimentos técnicos e/ou de uso do objeto. Elaborará o Estudo Preliminar e Mapa de Riscos e atuará como presidente da Equipe de Planejamento da Contratação.

II - Integrante Administrativo – servidor representante das áreas de contratos, licitações, compras, dentre outras. Auxiliará o integrante requisitante, mediante solicitação, na elaboração do Estudo Preliminar e Gerenciamento de Riscos, orientando-o no alinhamento do objeto a ser contratado quanto as regras internas e externas das respectivas áreas, com vistas a reduzir erros, atrasos na fase de execução em decorrência de falhas da fase de Planejamento da contratação. A instituição poderá definir de forma diversa a formação de equipe responsável pelo Planejamento das contratações quando contemplarem área técnica específica em sua estrutura. Com base no documento que formaliza a demanda, a equipe de Planejamento da Contratação deve realizar os Estudos Preliminares, conforme as diretrizes constantes do Anexo III da IN nº 05/2017.

§ 1º O documento que materializa os Estudos Preliminares deve conter, quando couber, o seguinte conteúdo:

I – necessidade da contratação;

II – referência a outros instrumentos de planejamento do órgão ou entidade, se houver;

III – requisitos da contratação;

IV – estimativa das quantidades, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte;

V – levantamento de mercado e justificativa da escolha do tipo de solução a contratar;

VI – estimativas de preços ou preços referenciais;

VII – descrição da solução como um todo;

VIII – justificativas para o parcelamento ou não da solução, quando necessária para individualização do objeto;

IX – demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis;

X – providências para adequação do ambiente do órgão;

XI – contratações correlatas e/ou interdependentes; e

§ 2º Os Estudos Preliminares devem obrigatoriamente conter o disposto nos incisos I, IV, VI, VIII e XII do parágrafo anterior.

§ 3º O órgão ou entidade deverá apresentar justificativas no próprio documento que materializa os Estudos Preliminares, quando não contemplar quaisquer dos incisos de que trata o § 1º deste artigo.

§ 4º Nas contratações que utilizem especificações padronizadas, de órgãos e entidades que poderão simplificar, no que couber, a etapa de Estudos Preliminares, quando adotados os modelos de contratação estabelecidos nos Cadernos de Logística divulgados pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, a equipe de Planejamento da Contratação produzirá somente os conteúdos dispostos nos incisos do § 1º deste artigo que não forem estabelecidos como padrão.

XII – declaração da viabilidade ou não da contratação.

- A comissão terá 15 dias a partir da data de assinatura dessa Ordem de Serviço Conjunta, para conclusão da elaboração dos documentos.

CHEFE-GERAL DA EMBRAPA PECUÁRIA SUDESTE GERENTE-GERAL DE INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Berndt, Chefe-Geral**, em 14/04/2025, às 15:24, conforme art. 6º, parágrafo 1º do Decreto 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Amâncio Dias das Chagas, Gerente-Geral**, em 24/04/2025, às 19:20, conforme art. 6º, parágrafo 1º do Decreto 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sede.embrapa.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **11945757** e o código CRC **8644975D**.